

Relatório da sessão “Atores públicos e privados e inovação social”

Renato Dagnino¹

Este texto reproduz quase integralmente o Relatório da sessão Atores Públicos e Privados e Inovação Social integrante do eixo 4 da Conferência C&T para o Desenvolvimento Social (CTDS), ocorrida em 27 de maio, e apresentado na sessão Políticas Públicas de CT&I para o Desenvolvimento Social, coordenada por Ennio Candotti no dia seguinte.

Sua publicação responde ao desejo de divulgar aspectos relativos à CTDS que, embora pouco conhecidos pela comunidade de pesquisa e quase ignorados numa conferência quase inteiramente dedicada à inovação empresarial, vem recebendo crescente atenção do seu segmento de esquerda. E, também, de motivar os integrantes desse segmento a se somarem, suplantando o produtivismo e o cientificismo que se autoimpôs a comunidade de pesquisa, à construção de arranjos institucionais que prestigiem, por meio do reconhecimento profissional e da alocação de recursos, as atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à CTDS.

A sessão teve como expositores, nesta ordem, Renato Dagnino (Unicamp), Paul Singer (Senaes-MTE), Paulo Mindlin (Walmart) e Aelson Almeida (UFRB), que atuou como coordenador, substituindo a Laura Tavares Soares (coordenadora do Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas). O primeiro deles foi encarregado, ademais, de atuar como relator.

O texto está dividido em três partes. A primeira dá conta do conteúdo das quatro exposições. A segunda apresenta a reação da mesa às perguntas formuladas. Na terceira, o autor indica, menos como relator do que como professor de Estudos Sociais da C&T (ESCTS) e pesquisador da Tecnologia Social (TS) e da Economia Solidária (ES), alguns temas para reflexão.

¹ Professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1. As exposições

O primeiro expositor iniciou, “garimpando” o significado dos três termos contidos no título, um tanto polissêmico, da sessão. Adotando um enfoque analítico crítico baseado nos ESCTS, associou ao termo “atores privados” o sentido de empresas privadas, ao de “atores públicos” o conceito de empreendimentos solidários, e mostrou as características da inovação - empresarial ou social - que eles desenvolvem.

Argumentou em três direções: (1) que as empresas locais, diferentemente das situadas nos países avançados, não realizam atividades de P&D e por isso não demandam o potencial de geração de conhecimento (desincorporado ou incorporado em pessoas ou artefatos sociotécnicos) existente no país; (2) que os empreendimentos oriundos da economia informal que hoje abarca quase 60% da PEA não poderão integrar a ES e torná-la sustentável - social, econômica, cultural e ambientalmente – caso não se apoiem nesse potencial; (3) que, para alavancar o desenvolvimento de TS, são necessários maiores recursos diretos e a utilização do poder de compra do Estado junto àqueles empreendimentos, para que produzam os bens e serviços que ele tem que proporcionar a todos os cidadãos.

O segundo, adotando um enfoque orientado à análise de experiências, iniciou, apresentando casos bem-sucedidos de desenvolvimento de tecnologia social.

Sua exposição pode ser assim resumida: (1) diferindo em parte do anterior, ele ressaltou a necessidade de combinar o conhecimento científico existente no país (e não o seu potencial de geração de conhecimento) com o saber popular para o desenvolvimento de TS; (2) concordando com o anterior, e reconhecendo que dificilmente as empresas privadas poderão absorver o contingente de trabalhadores que procuram emprego, ele ressaltou a necessidade de que a ES siga buscando o completamento e adensamento de suas cadeias produtivas destinadas ao auto-consumo (no campo) e produção de insumos industriais (na cidade); (3) e, também, que avance na direção dos bens públicos de modo a ampliar seu impacto na geração de trabalho e renda.

O terceiro expositor adotou o enfoque da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que se baseia na ideia de que empresa, utilizando recursos provenientes de renúncia fiscal (e também próprios), deve implementar ações de política social antes de atribuição de um Estado, que agora se configura como “contaminado” pela corrupção, ineficiência e gigantismo.

Ele se dedicou a apresentar ações de RSE levadas a cabo no Brasil por uma empresa multinacional de comércio varejista, que ocupa a 3ª posição no mercado local. Em relação ao tema da conferência, e ao contrário das apresentações anteriores, em que se reconheceu na inovação social (ou na TS) uma especificidade e a necessidade de desenvolvê-la mediante a interação entre

a comunidade de pesquisa e o movimento social, o expositor não deu mostras de perceber tal especificidade. Na verdade, a forma como entendeu os termos contidos no título da sessão, ou o viés profissional por meio do qual percebe o tema da conferência não permitiu um diálogo com os que dela participaram. Há que enfatizar, entretanto, que, a exemplo de outros empresários que hoje se referem à TS, o expositor parece reconhecer e sentir-se incômodo em relação ao fato de que a tecnologia que desenvolvem e utilizam contém um caráter “não social”.

O quarto expositor, partilhando o viés ideológico dos dois primeiros, dado que igualmente partidário dos movimentos da TS e da ES, e endossando explicitamente os seus principais argumentos, concentrou sua atenção nos aspectos relativos à extensão universitária.

Ao mesmo tempo em que ressaltou a sua importância para o desenvolvimento de TS e para a consecução dos objetivos perseguidos pela ES, ele mostrou as implicações positivas que a internalização do tema da CTDS às atividades de extensão assume para a modificação da agenda de pesquisa e da natureza das atividades docentes da universidade. Enfatizando o papel desses desenvolvimentos para a alteração da concepção neutra e determinista da tecnociência – ainda dominante no âmbito de nossa comunidade de pesquisa –, ele mostrou a centralidade desta alteração, dada a posição hegemônica desta comunidade no processo decisório da C&T, para a democratização da PCTI.

2. As perguntas e propostas

Reagindo às perguntas e propostas encaminhadas, e apontando recomendações para medidas de política futuras, foi ressaltado: (1) que, corroborando ideias enunciadas – inclusive – em outras sessões, os partidários da ES e da TS, longe de se contraporem à comunidade científica ou subestimarem sua capacidade, avaliam como imprescindível a sua cooperação para a geração de conhecimento tecnocientífico para o desenvolvimento social; (2) que, ao tentar responder a pergunta recorrente acerca dos mecanismos institucionais que haveria que conceber para fomentar a TS, seria preciso levar em conta que não apenas nosso instrumental de elaboração de PCTI, mas também a maneira como formamos nossos jovens, está ainda inteiramente voltada para atender ao interesse e às demandas das empresas; (3) que a maneira como foram organizadas as atividades relativas ao eixo de CTDS da conferência é um reflexo desse fato; (4) no mesmo sentido e com o mesmo tom, que é necessário que os movimentos da TS e da ES atuem no sentido de sensibilizar pesquisadores, professores, alunos, gestores das políticas sociais e de CT&I e movimentos sociais acerca da necessidade de alterar a forma como se entende a relação entre ciência, tecnologia e sociedade.

3. Comentários adicionais

Finalmente, gostaria de propor, menos como relator e mais como professor de ESCTS e pesquisador da TS e da ES, alguns temas para reflexão recolhidos no contato que tive nesses três dias com colegas e companheiros: (1) tal como tem sido há tempo tentado com pouco sucesso, parece, à luz desta conferência, que os temas da TS e da ES entraram no rol de assuntos concernentes à PCTI; (2) graças ao esforço de profissionais situados no âmbito do Estado e em organizações de distintas naturezas, isso se deu com um peso relativo bem maior do que aquele que sugerem os escassos recursos (apenas 2% do total) alocados ao eixo de CTDS; (3) o que coloca uma expectativa de que a força que se adquiriu no curso desta conferência se reflita num maior peso no processo de formação da agenda decisória da PCTI; (4) que, talvez pela pouca clareza que ainda existe acerca do que se tem chamado marco analítico-conceitual da TS (e de seus limites e interfaces com outros temas tratados na conferência), tudo isso como consequência da escassa difusão que ele tem alcançado no âmbito da comunidade de pesquisa, a seleção dos temas, títulos e expositores para a composição das mesas deixou a desejar; (5) que a comunidade dos cientistas sociais, que até agora pouca atenção tem dado aos temas relativos à PCTI, muitas vezes entendidos como prerrogativa dos cientistas “duros”, atendam ao chamado que ora fazemos para que se integrem ao grupo formado pelos colegas e companheiros que atuam na área da CTDS; (6) talvez pelo duplo caráter dessa área, que ao tempo que constitui campo de pesquisa e docência como outro qualquer, se conforma como um âmbito de disputa – explícita, franca e democrática – entre movimentos sociais e entre macroprojetos políticos, as avaliações e recomendações a serem incorporado no Livro Azul devam ser objeto de um processo de construção ainda mais cuidadoso do que aquele correspondente aos outros três eixos.

Para concluir, me atrevo a um acento poético que advém da minha satisfação de ter participado da conferência. E o faço afirmando minha expectativa de que a identidade de propósitos e a franqueza solidária com que atuam os partidários da CTDS transformem o rumor que se ouviu na IV Conferência no trovão que se escutará quando finalmente aparecer no céu a centelha precursora da chuva que irrigará o solo dos empreendimentos solidários hoje sequioso de conhecimento tecnocientífico.